



Justificação de Voto do Acionista Minoritário AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobrás, na AGE da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS, realizada em 15/12/2017, a partir das 16:00 h.

Senhor Presidente, senhoras e senhores acionistas,

No exercício do direito de fiscalizar, sabidamente uma das prerrogativas essenciais do acionista, consoante o art. 109, III, da Lei 6.404/76, o acionista minoritário, AEPET – ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS – AEPET e outros que quiserem acompanhá-la - justificam nesta AGO/AGE o voto às matérias da Ordem do Dia. Com base no art. 130 daquela lei solicitam sua transcrição integral na Ata desta Assembléia.

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET, acionista minoritário da Companhia tem como objetivos estatutários defender o **MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO**, a **PETROBRÁS**, o seu **CORPO TÉCNICO** e a **SOBERANIA NACIONAL**.

No Dec. 9188/2017: “Art. 1º Fica estabelecido, com base na dispensa de licitação prevista no art. 29, caput, inciso XVIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no âmbito da administração pública federal, o regime especial de desinvestimento de ativos das sociedades de economia mista, com a finalidade de disciplinar a alienação de ativos pertencentes àquelas entidades, nos termos deste Decreto.”

Eugênio Aragão: Decreto 9188/17 é o derradeiro tiro na dignidade do Brasil

Cadê nossa altivez, nossa honra, nossa autoestima? Será que valeu a pena sacar uma presidenta eleita por isso? Por essa pinguela para a barbárie? Será que não pensamos nas nossas filhas e nos nossos filhos, sem futuro, territorializados numa economia globalizada? Sem ativos nacionais, nosso País está perdido. Está condenado a ser um ator de terceira divisão nesse mundo cão que se nos desenha para as próximas décadas.

Em face do Decreto acima, derivado da Lei 13303 e que permite a alienação total das empresas estatais brasileiras, sem licitação e sem transparência, o acionista minoritário Aepet vem manifestar a sua posição contrária às modificações propostas para esta AGE. E justifica:

Em 1999, o Sr. **Pedro Parente** foi nomeado para o Conselho de Administração da Petrobrás, tendo assumido a sua presidência. Na gestão Parente, que abrangeu o período de 1999 a 2003, foram efetivadas várias ações contrárias aos interesses da Companhia, como, por exemplo: a) foram vendidos 36% das ações na Bolsa de Nova Iorque por apenas US\$ 5 bilhões, quando valiam mais de US\$ 100 bilhões; b) foi deflagrado um processo de desnacionalização da Companhia que chegou a mudar o seu nome para Petrobrax.

A Aepet denunciou essa iniciativa em entrevista coletiva e o processo acabou estancado. (...) Mas foi feita uma troca de ativos com a Repsol argentina para



privatizar a primeira unidade de negócio, a Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP/RS, transação que gerou um prejuízo de US\$ 2 bilhões à Petrobrás. O Sindipetro/RS entrou com ação judicial e obteve liminar, tendo chegado a interromper o processo da Refap e estancado o processo de privatizações.

Parente foi exonerado em 2003 e não consumou a desnacionalização. Agora, na presidência da Companhia, retomou o processo com carta branca do “presidente” Temer. Prometeu não privatizar a Companhia, mas é o que está fazendo, ao conduzir um processo de venda de ativos estratégicos, a preços vis, para desmontá-la.

As principais vendas já realizadas e os prejuízos causados:

1. Malha de gasodutos da Nova Transportadora do Sudeste (nts):

Vendida para a empresa estrangeira Brookfield – ex-Brascan, que na década de 90 deu um golpe na União, vendendo para ela a Light e a Eletropaulo no último ano da concessão – quando retornariam ao patrimônio público sem ônus. A Brookfield irá dominar um monopólio natural e alugá-lo para a Petrobrás pelo preço que quiser. Existe uma cláusula contratual, “Ship or Pay”, que obriga o pagamento pela capacidade máxima dos gasodutos, que foram projetados para o crescimento em 10 anos. Quando a NTS, que administra os gasodutos, era 100% Petrobrás, não havia problema; agora, vendida no pacote, a Petrobrás vai pagar à Brookfield o dobro da capacidade que usar.

O ativo

A NTS – Nova Transportadora do Sudeste – é uma empresa, ex-subsidiária da Petrobrás, que possui uma malha de gasodutos localizados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, perfazendo um total de 2.727 km de extensão de dutos.

A venda

Em 04/04/2017, A NTS teve 90% das suas ações vendidas ao Fundo de Investimentos em Participações (FIP) liderado pela Brookfield Infrastructure Partners (BIP). O negócio foi fechado mediante o pagamento de US\$ 5,08 bilhões à Petrobrás. No entanto, do montante de US\$ 5,08 bilhões pagos pela NTS, US\$ 850 milhões serão pagos à Petrobrás somente no quinto ano de operação do ativo, atualizado a uma taxa de juros de 3,35% ao ano; a Brookfield ganhou de presente um **prazo de carência** de cinco anos para transferir os US\$ 850 milhões ao caixa da Petrobrás; US\$ 1,64 bilhões foram usados para quitar a dívida da NTS com a PGT; e US\$ 100 milhões foram alocados em uma conta garantia (“escrow account”) para manutenção dos dutos da NTS. Dessa forma, a entrada líquida de caixa para a Petrobrás foi de apenas US\$ 2,49 bilhões (R\$ 6,279 bilhões). Em resumo, a NTS foi transferida ao grupo Brookfield livre de dívidas e com um fundo destinado à realização de manutenção dos seus dutos.

O custo do aluguel do ativo

A NTS possui fundamental importância para a continuidade das operações da Petrobrás no pré-sal, uma vez que é proprietária da malha de gasodutos pela qual



escoa todo o gás produzido na região. Sendo assim, a Petrobrás passou a alugar a malha de gasodutos da NTS após a sua venda. De acordo com os relatórios financeiros trimestrais divulgados pela Petrobrás ao mercado, a empresa pagou, em alugueis da NTS, R\$ 1,010 bilhão entre 04/04/17 e 30/06/17 e R\$ 1,072 bilhão no terceiro trimestre de 2017, totalizando R\$ 2,082 bilhões.

Dessa forma, conclui-se que o valor líquido obtido com a venda, de R\$ 6,279 bilhões, será suficiente para pagar os alugueis da malha de gasodutos por apenas 18 meses.

Custo de oportunidade

Avaliando-se a alternativa de manter a NTS sob controle da Petrobrás, calculamos que para uma taxa de 8,6% a.a. para a dívida corrente, o montante de juros pagos anualmente sobre uma dívida de R\$ 6,279 bilhões (valor recebido pela venda de 90% das ações da NTS) corresponde a R\$ 540 milhões, valor aproximadamente oito vezes inferior à projeção anual dos alugueis pagos aos novos donos da NTS pela sua utilização, em torno de R\$ 4 bilhões.

Ou seja, o valor economizado do pagamento de juros é muito inferior ao valor que será pago em alugueis, o que significa que o negócio realizado foi lesivo à Petrobrás.

Com base no que foi exposto, concluímos que a venda da NTS representa um prejuízo imediato à Petrobrás da ordem de R\$ 3 bilhões por ano, e que a atual diretoria da companhia deve explicar à sociedade por que decidiu levar a negociação desse ativo adiante, apesar dos enormes prejuízos causados à Companhia. **Prejuízo: R\$ 60 bilhões pelo contrato de 20 anos;**

2. Venda do Campo de Carcará

Uma das melhores áreas do pré-sal, pois tem uma pressão maior do que as demais, o que gera uma grande economia na recuperação secundária, além de produzir mais rápido do que os demais. Nessa área, três poços já foram perfurados e os testes de pressão mostram que há continuidade entre eles e que, portanto, fazem parte de um mesmo reservatório.

Não foram encontradas quaisquer indicações de água nos reservatórios, o que assegura ser a coluna nos três reservatórios com hidrocarbonetos e baixa saturação de água. O óleo de Carcará é diferente dos demais do pré-sal, pois não contém CO₂ e H₂S na sua composição, o que reduz os custos dos equipamentos de produção.

A vantagem de elevadas pressões, associadas a grandes espessuras do reservatório, acima de 450m, reduzirá ainda mais o Custo Total do projeto. Isto porque os poços ao invés de horizontais como os demais do pré-sal, poderão ser inclinados ou verticais e drenarem grandes extensões do reservatório. Essas pressões farão com que as vazões sejam superiores a 40.000 barris por poço, como no campo de Lapa.

Para melhorar ainda mais, Carcará tem condições excepcionais de porosidade e permeabilidade, que garantem o fluxo rápido do petróleo no reservatório e nos dutos pela sua pressão elevada, e mais: sua razão de solubilidade de 2,12 garante 45% de gás adicional/barril produzido.



A propriedade de Carcará garantiria a primazia da Petrobrás na área Norte como ocorreu para a Statoil, que hoje domina as duas áreas gastando pouco e adquirindo uma área de excepcionais condições. Parente e sua diretoria entregaram uma jóia excepcional.

A reserva é da ordem de 2 bilhões de barris, com possibilidade de chegar a 3 bilhões, inclusive com a promissora área de Guaxuma. Como 66% eram da Petrobrás, a Companhia detinha o correspondente a 2 bilhões de barris. Se a parcela Petrobrás fosse vendida pelo preço que a Petrobrás pagou ao Governo na cessão onerosa – US\$ 8,51 por barril – se chegaria a US\$ 17 bilhões. Como ele foi vendido por US\$ 2,5 bilhões, redundou num prejuízo de **US\$ 14,5 bilhões (R\$ 47 bilhões)**; $60+47=107$ bilhões.

3. **Venda de fatias nos campos Iara e Lapa do pré-sal em “alegado acordo de parceria com a francesa Total” por US\$ 2,2 bilhões.**

Iara tem uma reserva provável de 4 bilhões de barris, foram vendidos 22,5% dele. Logo, foram vendidos cerca de 900 milhões de barris. Lapa tem uma reserva provável de 500 milhões de barris, logo 35% corresponde a 175 milhões de barris. Assim, a reserva total vendida tem **1,075 bilhão de barris**, tendo a Petrobrás recebido US\$ 1,6 bilhão mais a participação **facultativa** de 20% de um campo no Golfo do México. A Total era uma estatal francesa, que se juntou com a Elf e com a Fina da Bélgica. Foram todas compradas pelo grupo Rotschild, sócio majoritário do cartel internacional do petróleo.

Considerando que os dois campos já estão produzindo, com toda a infraestrutura já montada e alta produtividade; considerando que o preço do barril está em US\$ 60 e o custo total de produção, do pré-sal, incluindo impostos, está em US\$ 20 por barril, o prejuízo é da ordem de $1,075 \text{ bilhão} \times \text{US\$ } 40 \text{ por barril} = \text{US\$ } 42 \text{ bilhões}$. Se considerarmos o valor pagado, US\$ 1,6 bilhão, os 10% de royalties pagos e outras despesas como amortizações, depreciações, desconto e outras, **o prejuízo é da ordem de US\$ 25 bilhões (R\$ 81 bilhões)** $107+81=188$ bi.

4. **Liquigás**

Foi vendida para o grupo Ultrapar. O atual Diretor Financeiro da Petrobrás Ivan Monteiro - era presidente do Conselho de Administração da Ultrapar. Além do conflito de interesses, essa venda gera um monopólio privado da distribuição de um produto essencial para a população pobre: o gás de cozinha. Após a venda, o preço do gás já subiu mais de 15%.

5. **Gaspetro**

Foi vendida para a Mitsui, que foi citada na lava-jato. Além de não ser punida como as empresas nacionais de engenharia, ela ainda comprou um



ativo importante por menos da metade do valor real.

6. **Companhia Petroquímica de Pernambuco e companhia Integrada Têxtil de Pernambuco**

Todas as petroleiras tem seu braço petroquímico. A Petrobrás abre mão de um componente econômico importante;

7. **A Petrobrás vai ceder de direitos de exploração**

Em águas rasas nos estados do Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte para empresa privadas, o que tem gerado desemprego por falta de investimento destas;

8. **Petrobrás Distribuidora**

Vai abrir o capital da Petrobrás Distribuidora - joia da Coroa, grande geradora de alto fluxo de caixa e única distribuidora que leva combustíveis aos recantos mais afastados do País como Amazonas, Roraima e outros. Por isso, ela tem duas funções estratégicas. Caso haja preço maior de derivados no país, é a única que seguirá comprando da Petrobrás e escoando combustíveis que geram empregos. As outras irão comprar no exterior, gerando encalhe nas refinarias e desemprego; só não foi vendida porque ação judicial impediu.

Todas essas vendas ocorrem sem licitação. Como as entidades de petroleiros vinham ganhando ações contra essas vendas, alegando falta de licitação, o Governo Temer emitiu o Decreto nº 9.188, de 1º de novembro de 2017, em pleno feriadão para validar a venda de ativos estatais sem licitação.

Esse Decreto nos leva a duas interpretações: 1) se o Decreto foi necessário, significa que as vendas anteriores foram ilegais; 2) a promulgação do Decreto 9188/17 significa que outros ativos serão vendidos.

CPI da ALERJ

Foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj, onde senhor Pedro Parente foi **convidado** a comparecer para esclarecer essas vendas de ativos. Parente se recusou, obteve liminar na justiça para não comparecer e não fornecer os dados dessas operações. Ora, um presidente de uma estatal da importância da Petrobrás para o País não pode se recusar a prestar esclarecimentos, a menos que tenha muita coisa a esconder. A Lei da transparência está sendo fortemente desrespeitada.



Um dos pontos intrigante dessas vendas perniciosas é que elas acontecem em plena operação Lava-jato, criada para investigar a corrupção na Petrobrás. A lavajato tem gasto a maior parte de seus recursos para investigar o Sítio de Atibaia e o triplex de Guarujá, que juntos, não chegam a R\$ 2 milhões. Que é importante investigar, é. Mas não se pode concentrar somente nisto enquanto a Diretoria da Petrobrás já deu um prejuízo de mais de R\$ 150 bilhões e continua planejando vendas inexplicáveis. Mais intrigante: o Juiz Sergio Moro veio à Petrobrás para ser homenageado pela sua a Diretoria.

O ataque ao Fundo de Pensão

Dentro da estratégia de desmonte da Petrobrás, para vendê-la ao cartel do petróleo, foi montado um plano de equacionamento de déficit do plano Petros,, cheio de irregularidades, que é um atentado à vida de 74 mil participantes, além dos seus dependentes. A Petrobrás deve ao plano um valor maior do que o que está sendo cobrado dos participantes, mas como ela domina o Conselho Deliberativo, os conselheiros indicados passaram o trator nos eleitos. Foi aprovado um plano de equacionamento que inviabiliza a continuidade do plano.

São dois os objetivos: 1) tirar da Petrobrás o compromisso assumido com aqueles que a fizeram uma empresa respeitada em todo o mundo, para vendê-la (e também destruir todos os fundos de empresas estatais para privatizá-las); 2) acabar com os fundos de previdência fechada para que os bancos capturem os incautos para aplicarem nos VGBL e PGBL – arapucas que pagam de 50 a 80% do fundo DI. Usam taxas de carregamento e de administração absurdas que reduzem os rendimentos.

Política de preços da Petrobrás (ver anexo 1)

A Petrobrás implementou nova política de preços dos combustíveis baseada na paridade internacional, desde outubro de 2016, onde foram adotados preços mais altos, que viabilizaram a importação por seus concorrentes. A estatal perdeu mercado e a ociosidade de suas refinarias chegou a um quarto da capacidade instalada. A exportação de petróleo cru disparou, enquanto a importação de derivados bateu recordes. A importação de diesel quase dobrou desde 2015. O diesel importado dos EUA, que em 2015 respondia por 41% do total, em 2017 deve chegar a 82% do total importado pelo Brasil.

Ociosidade das Refinarias e preços altos

Em 2016, 24% da capacidade de refino nacional ficou ociosa. Nos nove primeiros meses de 2017, a ociosidade das refinarias da Petrobrás foi de 22%. Ao mesmo tempo, os preços relativos do diesel pago aos produtores e importadores no Brasil se elevou de 1,02 (2011) para 1,67 (2016) e 1,50 (jan.-set. 2017) vezes o preço do diesel no mercado internacional.

Resultados consolidados de 2017: O aumento relativo dos preços, resultante da



nova política da Petrobrás, viabiliza a importação de derivados por seus concorrentes, que ocupam o mercado da estatal, que fica com suas refinarias ociosas. A Petrobrás reconhece o impacto nos seus resultados operacionais **de janeiro a setembro de 2017:**

“Redução da receita no mercado interno (**R\$ 7,784 bilhões**), reflexo de: retração no volume de vendas de derivados, em função da colocação de produtos por importadores, com destaque para o diesel (R\$ 6.962 milhões) e a gasolina (R\$ 1.269 milhões);” (*Petrobrás, Resultados consolidados 3º Trim. 17, 2017*). **Se anuarmos o resultado trimestral e projetarmos para 2016 a 2017 a perda total fica em torno de R\$ 20 bilhões.**

Exportação de Petróleo

A política de preços encalha os derivados produzidos pela Petrobrás, na medida em que viabiliza a importação por terceiros que ocupam o seu mercado. As refinarias se tornam ociosas e a exportação de petróleo cru dispara. Petrobrás, Resultados consolidados 3T17, 2017)

Erros na política de preços do passado não justificam os atuais

Aqueles que defendem a nova política de preços da Petrobrás costumam apontar para os subsídios ao consumidor concedidos entre 2011 e 2014. Entendemos que uma empresa estatal pode, e deve ter outros objetivos, além de maximizar seus lucros no curto prazo, postura típica das multinacionais privadas controladas por agentes do sistema financeiro. O desenvolvimento e a segurança energética nacionais estão entre os objetivos típicos das estatais do setor.

Ainda assim, a AEPET reconheceu excessos e erros na política de preços praticada entre 2011 e 2014. Nossa associação denunciou os problemas nas assembleias de acionistas de 2013, 2014 e 2015. (AEPET, Voto AGO-AGE da Petrobrás em 2013, 2013) (AEPET, Voto AGO-AGE da Petrobrás em 2014, 2014) (AEPET, Voto AGO-AGE da Petrobrás em 2015, 2015)

Quem ganha e quem perde com a nova política de preços da Petrobrás?

Ganham os refinadores norte-americanos, os “traders” internacionais, os importadores de capital privado e as distribuidoras privadas. Perde a Petrobrás com a ociosidade de suas refinarias e a entrega da sua participação no mercado brasileiro de combustíveis. Perde a maioria dos brasileiros que consomem, direta e indiretamente, os combustíveis com preços majorados. Perdem a União e os estados federados com os impactos recessivos e da arrecadação causados por preços elevados dos combustíveis. É necessário mudar a política de preços e a estratégia da Petrobrás para utilizar o maior patrimônio dos brasileiros em favor dos seus interesses.

**CONCLUSÃO:**

O Governo Temer, segundo o jornalista Glenn Greenwald, logo que assumiu, foi aos Estados Unidos, onde acertou a entrega dos bens do País, inclusive o petróleo do pré-sal e a Petrobrás ao cartel internacional do petróleo. Os 2º e 3º leilões do pré-sal demonstram que isto está sendo cumprido: a Shell comprou 2 blocos pagando os valores irrisórios de 11,53% e 22,87% do óleo lucro à União (no mundo, os países exportadores ficam com 80% do petróleo produzido). Além disto, o edital do leilão é criminoso: o percentual do óleo lucro, que é a parte que toca à União, pode chegar ao irrisório valor de 1% pela tabela nº 17 do edital. Este tipo de tabela é como jabuticaba: só tem no Brasil.

Foi editada a Medida Provisória nº 795, de 2017, já em vigor e prestes a ser votada pelo Senado Federal, que reduz impostos para as petrolíferas até 2040, **gerando renúncia fiscal de R\$ 40 bilhões anuais, ou R\$ 1 trilhão em 25 anos.** Além disto, foi liberado o conteúdo local. Assim, os equipamentos e materiais virão de fora, os empregos que seriam gerados aqui, para engenheiros, técnicos e trabalhadores em geral serão criados no exterior. São crimes típicos de vendilhões da Pátria. E o povo brasileiro assiste pacificamente a venda do seu futuro.

OU OS HOMENS DE BEM DESSE PAÍS, ESMAGADORA MAIORIA, REAGIMOS, OU O PAÍS MAIS RICO E VIÁVEL DO PLANETA SEGUIRÁ SENDO UMA COLÔNIA FORNECEDORA DE MATERIAS PRIMAS.

Diretoria da AEPET